



Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – POSJOR/UFSC | **PROJETO DE PESQUISA**

**Pesquisadora:** *Daiane Bertasso*

**Título:** *Produção de sentidos no jornalismo com perspectiva de gênero*

**Período de execução:** *30/06/2020 a 30/12/2022*

**Linha de Pesquisa:** *Linha 1. Cultura e Sociedade*

**Grupos de Pesquisa no CNPq:** *Jornalismo, Cultura e Sociedade (UFSC) e TRANSVERSO: estudos em jornalismo, interesse público e crítica (UFSC)*

**Financiamento:** Não

## **Produção de sentidos no jornalismo com perspectiva de gênero**

### **Resumo:**

Compreendendo o jornalismo como uma forma de conhecimento que contribui para a construção social da realidade e uma prática discursiva que, historicamente, tem colaborado na produção de sentidos que reproduzem desigualdades em relação às questões de gênero e outras interseccionalidades, como raça, classe, geração, nacionalidade, dentre outras, a presente pesquisa se propõe a refletir sobre a produção de sentidos no jornalismo com perspectiva de gênero, em especial nos discursos que problematizam e ou tematizam práticas discursivas que fazem referência a alguns fundamentos jornalísticos, como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade. Parte-se do pressuposto de que o jornalismo com perspectiva de gênero possibilita práticas jornalísticas mais colaborativas, cooperativas e menos hierarquizadas, colaborando para estabelecer rupturas e tensionamentos na lógica masculinista do jornalismo, assim como na subversão referente à escolha das fontes jornalísticas e à forma de se relacionar com elas, e na valorização do enfoque feminista na construção das pautas. A partir disso, a questão de pesquisa busca responder quais os sentidos presentes nos discursos do jornalismo com perspectiva de gênero a respeito de práticas discursivas que fazem referência a alguns fundamentos jornalísticos como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade? Esses sentidos subvertem ou reiteram esses fundamentos do jornalismo tradicional? Para responder a tais questionamentos serão selecionados discursos jornalísticos presentes em produções (notícias, reportagens, editoriais e artigos) com abordagem pela perspectiva de gênero, oriundos de veículos jornalísticos que se nomeiam como jornalismo feminista. Pretende-se localizar nestes discursos jornalísticos com perspectiva de gênero uma problematização e ou temática em relação aos fundamentos jornalísticos tradicionais. A partir da seleção do material jornalístico, será realizada a análise, por meio da perspectiva teórico-metodológica da Análise de discurso de linha francesa, para compreender os sentidos destes discursos, se reiteram e ou subvertem os fundamentos do jornalismo tradicional.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Gênero. Discurso. Produção de sentidos. Fundamentos jornalísticos.

## **1. APRESENTAÇÃO**

Este projeto de pesquisa “Produção de sentidos no jornalismo com perspectiva de gênero”, a ser realizado de 30 de junho de 2020 até 30 de dezembro de 2022, se propõe a investigar discursos jornalísticos presentes em produções (notícias, reportagens, editoriais e



artigos) com abordagem pela perspectiva de gênero, oriundos de veículos jornalísticos que se nomeiam como jornalismo feminista. Pretende-se localizar nesses discursos jornalísticos com perspectiva de gênero uma problematização e ou temática em relação aos fundamentos jornalísticos tradicionais, tais como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade.

Parto da compreensão do jornalismo como uma forma de conhecimento (PARK, 2008a, 2008b; GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1997) que contribui para a construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1997) e uma prática discursiva (FOUCAULT, 1972; MAINGUENEAU, 2008; BENETTI, 2008, 2010, 2013) que, historicamente, tem colaborado na produção de sentidos que reproduzem desigualdades em relação às questões de gênero e outras interseccionalidades (CRENSHAW, 2004; PISCITELLI, 2008; AKOTIRENE, 2019), como raça, classe, geração, nacionalidade, dentre outras (VEIGA DA SILVA, 2014; GUSTAFSON, 2019).

O jornalismo se situa em um lugar social com lugar de fala privilegiado na ‘ordem dos discursos’ circulantes em nossa sociedade.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível maternidade. [...]

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder [...] – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2009, p. 8-10).

O lugar de fala privilegiado do jornalismo na ordem dos discursos nos exige ainda mais que os discursos enunciados pelas mídias jornalísticas amplifiquem as perspectivas de abordagens, de fontes e de olhares diante da diversidade social. Logo, faz sentido que o jornalismo como um todo passe a considerar as perspectivas feministas, indo ao encontro da reflexão que a filósofa feminista brasileira Djamila Ribeiro (2017) faz ao argumentar sobre o lugar de fala pela perspectiva do feminismo negro:

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso,



pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (RIBEIRO, 2017, p. 69-70).

A partir dessa consciência do poder dos discursos e dos lugares de fala por meio deles autorizados ou interditados, a presente pesquisa se propõe a refletir sobre a produção de sentidos no jornalismo feminista e ou com perspectiva de gênero<sup>1</sup>, em especial nos discursos que problematizam e ou tematizam práticas que fazem referência a alguns fundamentos jornalísticos, como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade, a fim de analisar discursivamente se esses discursos reiteram e ou subvertem os fundamentos do jornalismo tradicional.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Problematização, pressupostos e justificativas**

O contexto contemporâneo está constituído pela proliferação de muitos discursos, sejam eles progressistas ou de retrocessos, e de manifestações públicas, iniciadas no Brasil desde 2013, com o “Movimento Passe Livre”, relacionadas ao aumento das tarifas do transporte público, e depois amplificadas para outras reivindicações de demandas e direitos, como a “Primavera das Mulheres” ou “Primavera feminista”, que marcaram o ano de 2015, e que significou um momento em que o feminismo ganhou terreno e força política em grandes marchas contra alguns retrocessos. “Em 2015, as mulheres protagonizaram com rapidez impressionante uma reação diante do retrocesso que significou a aprovação do projeto de lei (PL) 5069/2013, apresentado por Eduardo Cunha, cujo objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais” (BOGADO, 2018, p. 29). Foram diversas

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa optamos por titular o projeto com o termo “jornalismo com perspectiva de gênero” por entender que o conceito de gênero como categoria analítica e tensionamento das relações de poder em relação aos gêneros em geral, não só sobre o feminino, é central para o debate dos diferentes feminismos e para refletir o jornalismo como um todo. Soma-se a isso a observação de que a terminologia “jornalismo feminista”, embora atualmente considere a amplitude de interseccionalidades, como raça, gênero, etnia, geração etc., ainda carrega a sua historicidade de ter sido, por muito tempo, relacionado a um jornalismo por e para mulheres feministas, na busca por direitos para as mulheres e como um contraponto ao jornalismo feminino. Dito isto, ressaltamos que ao utilizar no título o termo “jornalismo com perspectiva de gênero” estamos o entendendo também como “jornalismo feminista”, considerando a diversidade de interseccionalidades relativas a esses pensamentos e práticas contemporâneas.



manifestações realizadas em diferentes cidades brasileiras, por distintos movimentos feministas, tanto nas ruas, reunindo milhares de mulheres, como nas redes sociais na internet (BOGADO, 2018).

A temática do aborto sempre foi polêmica na esfera política e midiática e algumas vezes negligenciada pela abordagem que recebe do jornalismo tradicional. Em 6 de outubro de 2019 foi exibida uma reportagem no programa *Fantástico* do grupo Globo que denunciava: “Universitária monta esquema de abortos clandestinos em quartos de hotéis em Belo Horizonte”<sup>2</sup>. No dia seguinte, o portal jornalístico com perspectiva de gênero *Portal Catarinas* publicou o editorial “O jornalismo tradicional e a ausência de um debate ético sobre aborto”<sup>3</sup> em que questiona o tom “policialesco” e dramático da abordagem realizada pelo programa *Fantástico* que, segundo o *Portal Catarinas*, “perdeu a oportunidade de subsidiar o debate público sobre aborto com informações de relevância à vida das mulheres”. No editorial são levantadas as questões relativas ao fato de que o aborto é ilegal no Brasil e de que nos casos em que é legalizado o quanto as mulheres são discriminadas, dentre outras questões. Neste editorial, o que me chama a atenção se refere às reflexões realizadas em relação à prática jornalística:

Na matéria não há uma voz contraditória, como pressupõe a técnica jornalística, a confrontar as teses policiais sobre o que realmente coloca em risco a vida das mulheres e as expõe a situações como essa [...].

O Código de Ética do jornalismo brasileiro estabelece, entre outras práticas, que é dever da/o jornalista defender os direitos da/os cidadãs/ãos, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias (políticas). Constitui também um dever combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza. [...]

Ao reforçar a manutenção de uma normativa que faz das mulheres cidadãs de segunda classe, o jornalismo, afirmado enquanto imparcial e objetivo, alimenta audiências ainda mais raivosas e desinformadas, distantes da realidade concreta das mulheres, e desconectadas de seus direitos. Investigada no caso, a estudante de jornalismo teve uma aula de como não fazer jornalismo (PORTAL CATARINAS, 2019, online)<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/10/06/universitaria-monta-esquema-de-abortos-clandestinos-em-quartos-de-hotéis-em-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em: 1 de jun. 2020.

<sup>3</sup> Disponível em <https://catarinas.info/o-jornalismo-tradicional-e-a-ausencia-de-um-debate-etico-sobre-aborto/>. Acesso em: 1 de jun. 2020.

<sup>4</sup> Disponível em <https://catarinas.info/o-jornalismo-tradicional-e-a-ausencia-de-um-debate-etico-sobre-aborto/>. Acesso em: 1 de jun. 2020.



As críticas ao discurso do jornalismo tradicional realizadas pelo editorial do *Portal Catarinas* supõem uma prática diferenciada no jornalismo feminista e com perspectiva de gênero e é isso que pretendo compreender ao estudar a produção de sentidos nesse tipo de jornalismo ao referenciar sua própria prática jornalística ou criticar as práticas discursivas do jornalismo tradicional. Assim como a temática do aborto, exemplificada acima, tenho observado outras manifestações, em relação a outros temas ditos ou não ditos pelo jornalismo tradicional, em que o jornalismo feminista e com perspectiva de gênero se posiciona em relação aos fundamentos e princípios da prática jornalística e discursiva do jornalismo tradicional.

Alguns fundamentos do jornalismo, como objetividade, neutralidade, e imparcialidade permanecem no ensino e no fazer jornalístico, presente na perspectiva masculinista do jornalismo, que é questionada por Márcia Veiga da Silva (2014, 2015): “a partir de um paradigma (moderno/colonial/positivista), de um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista, etc.) e de uma epistemologia hegemônicas que se estabeleceriam alguns valores que estão presentes nos saberes produzidos para que sejam entendidos como verdade” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 41). Em contraposição, o jornalismo feministas e com perspectiva de gênero questiona algumas práticas discursivas do jornalismo tradicional, propondo um olhar mais diversificado e plural, que considere outras práticas e sujeitos/as até então silenciados/as e invisibilizados/as (como mulheres, pobres, negros/as, homossexuais, transexuais, pessoas com deficiência, etc.).

Parto do pressuposto de que o jornalismo feminista e com perspectiva de gênero possibilita práticas jornalísticas mais colaborativas, cooperativas e menos hierarquizadas, colaborando para estabelecer rupturas e tensionamentos na lógica masculinista do jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2014, 2015), assim como na subversão referente à escolha das fontes jornalísticas e à forma de se relacionar com elas, e na valorização do enfoque feminista na construção das pautas (GUSTAFSON, 2019). A partir disso, a questão de pesquisa busca responder quais os sentidos presentes nos discursos do jornalismo com perspectiva de gênero a respeito de práticas que fazem referência a alguns fundamentos jornalísticos tradicionais, como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade? Esses sentidos subvertem ou reiteram esses fundamentos do jornalismo tradicional?



## Justificativas

A atuação de um jornalismo feminista e com perspectiva de gênero na contemporaneidade, assim como a urgência do estudo do jornalismo por esta perspectiva na academia (BERTASSO; NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2020) são as principais razões que me levam a buscar entender melhor a produção de sentidos neste tipo de jornalismo. Os estudos referentes às relações entre Comunicação, em especial Jornalismo, Feminismo e estudos de gênero são recentes no Brasil. Um estudo que compara as publicações feitas na revista científica *Estudos Feministas*<sup>5</sup>, de 2003 a 2015, mostra que os estudos em Comunicação, Cinema e Artes Visuais totalizam apenas 22 artigos publicados, não chegando a 10% do total de artigos publicados no período (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016). De modo mais específico, nas áreas de Jornalismo e Gênero, as pesquisadoras Monica Martinez, Cláudia Lago e Mara Coelho Lago (2016) investigaram as abordagens dessas temáticas nas comunicações livres do Encontro Nacional de Pesquisadores da SBPJor entre 2010 e 2014, identificando uma produção incipiente de somente cinco trabalhos apresentados no período.

Dentre as primeiras pesquisas desenvolvidas no Jornalismo relacionadas com os estudos de gênero está a dissertação de mestrado defendida em 2010<sup>6</sup> pela pesquisadora Márcia Veiga da Silva e publicada pela editora Insular em 2014 em livro intitulado “Masculino, o gênero do jornalismo – modos de produção de notícia”, no qual a autora busca compreender os processos que envolvem a construção das notícias e a forma como os valores referentes a gênero, sexualidade, raça, classe social e geração perpassam as escolhas de jornalistas e as relações de gênero estabelecidas entre esses jornalistas.

Do mesmo período, a tese “Dizeres e fazeres feministas: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa” (2010), defendida por Karina Janz Woitowicz no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, foca nos modos como a produção de mídia alternativa materializa as ‘referências identitárias’ que norteiam as ações das organizações feministas,

---

<sup>5</sup> A revista é um dos periódicos brasileiros mais importantes na área dos estudos feministas e estudos de gênero, tendo sido fundada em 1992, conforme conta uma de suas coordenadoras editoriais, Mara Coelho de Souza Lago, no artigo publicado em 2009: “Revista estudos feministas, Brasil, 16 anos: uma narrativa”. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602009000100006](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602009000100006). Acesso em 4 jun. 2020.

<sup>6</sup> A dissertação venceu o Prêmio Adelmo Genro Filho em 2011, sendo reconhecida como melhor dissertação de mestrado produzida na área no ano que antecedeu a premiação (2010).



revelando que a mídia alternativa feminista ajuda a redescobrir formas de resistência e de ação política.

Desde então, o desenvolvido de pesquisas que tratam das relações entre jornalismo, feminismo e estudos de gênero tem aumentado gradativamente. Algumas dessas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – PPGJOR-UFSC são: “O Jornalismo de Claudia: tecnologias de normatização e cuidado de si da mulher” (2011), de Gabrielle Vívian Bittelbrun, relativa aos discursos jornalísticos sobre os modos de normatização da mulher; “Jornalismo feminino em Santa Catarina: uma análise do suplemento Donna DC, do Diário Catarinense” (2012), de Ana Paula Bornhausen Bandeira, aborda temáticas direcionadas às mulheres em uma perspectiva de jornalismo regional; “O auge de Nellie Bly: uma jornalista estadunidense no final do século XIX” (2013), de Natália Costa Queiroz, se refere a trajetória de uma jornalista que teve atuação e posicionamentos que remetem a algumas perspectivas do feminismo; “Jornalismo, identidade e gênero: desconstruções discursivas na Revista TPM” (2017), de Suzanne da Silva Borela, que realiza a desconstrução do discurso jornalístico do periódico no que se refere aos modos de produzir sentidos sobre as mulheres; e Jessica Gustafson Costa, “Jornalismo Feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo” (2018), pesquisa que faz um estudo de caso do site jornalístico *Portal Catarinas*<sup>7</sup>, em especial por meio de observação participante na produção de notícias e na realização de entrevistas em profundidade com as jornalistas. Essa pesquisa, a qual participei como orientadora, apesar de não realizar uma análise da produção de sentidos nos discursos do Portal, possui intrínseca relação com os meus interesses nesse projeto de pesquisa, em especial por problematizar o fundamento jornalístico da objetividade por meio da crítica à Ciência presente no conceito de “objetividade corporificada” da bióloga e feminista norte-americana Donna Haraway.

No Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Pâmela Caroline Stocker desenvolveu a tese “Jornalismo e Gênero: produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores” (2018), em que objetivou compreender os sentidos manifestados pelos leitores em relação aos novos mapas de significado a respeito de gênero na mídia de referência em diferentes meios, por meio da análise discursiva dos comentários a respeito de reportagens

---

<sup>7</sup> Na dissertação defendida em 2018 Jessica optou pelo anonimato em relação ao portal estudado e às jornalistas interlocutoras entrevistadas. Já no livro publicado em 2019 pela Insular, “Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo” a pesquisadora revela o nome do Portal Catarinas.



que abordaram o tema da transexualidade, publicadas no Facebook da revista *Galileu*, do *Globo Repórter*, do *Jornal Folha de S. Paulo* e do programa *Fantástico* entre 2015 e 2017.

Destaco ainda mais duas dissertações relativas ao jornalismo feminista. “Jornalismo feminista: uma análise dos processos de comunicação em rede do Portal Catarinas” (2019), de Francielli Esmitez da Silva, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, buscou compreender como o *Portal Catarinas* utiliza dinâmicas dos sites de redes sociais, com base em critérios técnicos, sociais e narrativos, para produzir jornalismo que vise refletir sobre gênero e jornalismo. E a dissertação “Midialivrisimo e Feminismos: análise sobre a cobertura jornalística com perspectiva de gênero da Revista AzMina” (2020), de Letícia de Faria Ávila Santos, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, a qual analisa o jornalismo com perspectiva de gênero produzido pela Revista AzMina buscando identificar, por meio da análise da cobertura jornalística de reportagens da seção “Especiais” da revista, de que modo ela atende às temáticas feministas e interseccionais do movimento feminista de quarta onda.

Além dessa concisa busca por dissertações e teses que abordam a respeito de Jornalismo, Feminismo e Gênero, destaco o E-book editado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom “Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo” (2018), organizado por Leonel Aguiar, Marcos Paulo da Silva e Monica Martinez, que reúne 24 capítulos de pesquisadores e pesquisadoras de diversas universidades brasileiras, que tratam sobre as mulheres jornalistas no mundo do trabalho, das relações entre jornalismo e a perspectiva do feminismo negro interseccional, das diversas representações de gênero e, em especial, da mulher no jornalismo, dentre outros temas.

Por meio deste breve percurso de pesquisas já realizadas, o qual pretendo ir revisando durante o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, confirmo a importância de se pesquisar de modo mais específico a produção de sentidos realizada pelo jornalismo com perspectiva de gênero a respeito de práticas discursivas do jornalismo tradicional, em especial quando fazem referência a alguns fundamentos jornalísticos tradicionais, como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade.

## **2.2. Aportes teóricos conceituais**



Para fundamentar este projeto sobre “Produção de sentidos no jornalismo com perspectiva de gênero” considero fundamental sintetizar alguns referenciais em relação aos seguintes aportes teóricos conceituais: feminismos e estudos de gênero; jornalismo feminista (e/ou imprensa feminista) e com perspectiva de gênero; discurso jornalístico e produção de sentidos.

### **2.2.1 Feminismos e estudos de gênero**

O entendimento de que o feminismo precisa ser conceituado no plural ‘feminismos’ se dá porque adoto a perspectiva interseccional que compreende a existência de diversas interseccionalidades na constituição das identidades, não somente de gênero, como também de raça, classe, sexualidade, etnia, geração, religião, dentre outros marcadores das identidades e das diferenças, assim como a perspectiva da atual “quarta onda feminista”, referente aos diversos feminismos atuantes na contemporaneidade. Logo, compreendo os diversos feminismos como movimentos sociais, políticos e teóricos que buscam a liberdade e igualdade de direitos às mulheres e também a toda a comunidade LGBTQIAP+<sup>8</sup>, no combate à discriminação e à violência de gênero, considerando ainda as outras interseccionalidades, tais como raça, classe, sexualidade, geração etc.

Para se falar dos feminismos contemporâneos se faz necessária uma breve contextualização histórica a respeito dos feminismos e estudos de gênero. Essa contextualização tem o intuito apenas de organizar de modo didático as principais lutas feministas em torno do entendimento de “ondas feministas”, muito embora eu considere que essa classificação deve ser relativizada, já que em diferentes momentos da história das lutas feministas não se pode afirmar uma homogeneidade nas reivindicações, justamente por serem muitas mulheres diferentes, atravessadas por diversas interseccionalidades.

Sendo assim, em termos de “ondas feministas” em relação às principais reivindicações, elas são classificadas, inicialmente, como três ondas feministas (PINTO,

---

<sup>8</sup> A sigla significa “Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, e mais” (ORIENTANDO, 2020, on-line). Disponível em <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/>. Acesso em 20 fev. 2020. Ainda conforme o USP Diversidade (2020) o termo LGBTQ+ “foi aprovado no Brasil em 2008 em uma conferência nacional para debater os direitos humanos e políticas públicas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais” (USP DIVERSIDADE, 2020, on-line). Disponível em <https://prceu.usp.br/uspdiversidade/lgbtq-e-suas-abrangencias/>. Acesso em 20 fev. 2020.

2003), sendo que atualmente algumas pesquisadoras dos estudos de gênero no Brasil consideram que estamos atravessando a quarta onda feminista (BUARQUE DE HOLLANDA, 2018; COSTA, 2018; PELLEGRINO, 2018; SILVA, 2019, dentre outras). A *primeira onda* feminista, ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX, surgiu inicialmente no Reino Unido e Estados Unidos, é voltada aos direitos civis e políticos, em especial ao direito ao voto, assim como problematizava a imposição de papéis de submissão às mulheres e a restrição de suas vidas ao âmbito privado. Essas demandas contemplavam em especial mulheres brancas de classe social média e alta, embora existissem mulheres negras feministas desde a primeira onda e até mesmo antes (DAVIS, 2016)<sup>9</sup>.

A partir dos anos 1950 até o final da década de 1970 se considera o período da *segunda onda feminista*, em que são problematizadas as relações de desigualdades de gênero resultantes das relações de poder demarcadas em questões de gênero, sexo e sexualidade. Tais tensões geram a *terceira onda feminista*, a partir do final dos anos 1970 até a primeira década do século XXI, em que se potencializam os questionamentos em torno da identidade de gênero e da heteronormatividade, tendo como um dos principais expoentes a pesquisadora norte-americana Judith Butler (2019), assim como também a disseminação da perspectiva interseccional. O contexto atual é considerado como a *quarta onda feminista*, conceituada por Heloisa Buarque de Hollanda (2018) como “os feminismos da diferença”, marcada pelos ativismos nas ruas e nas redes, em que os diversos feminismos, tais como o feminismo negro, o feminismo indígena, o feminismo radical, o feminismo lésbico, o transfeminismo, o ecofeminismo, entre outros, assumiram os seus lugares de fala e passaram a utilizar as redes para dialogar, compartilhar e divulgar seus discursos, suas lutas e singularidades.

Conforme a antropóloga e pesquisadora Adriana Piscitelli (2009), é por meio das ciências sociais, em especial a Teoria dos papéis sociais que, a partir da década de 1930, são problematizadas as diferenças de papéis sociais femininos e masculinos. Piscitelli (2009) cita, em especial, a pesquisa da antropóloga Margareth Mead, que na década de 1930 fez uma pesquisa comparativa entre três sociedades tribais da Nova Guiné, publicada no livro “Sexo e

---

<sup>9</sup> A filósofa feminista norte-americana Angela Davis, no livro “Mulheres, raça e classe” (2016), publicado originalmente em 1981, conta a história de luta das mulheres negras contra o racismo e o sexismo: “Elas aspiravam ser livres não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista. Não sou uma mulher?” – mote do discurso feito por Sojourner Truth em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851, continua sendo uma das mais citadas palavras de ordem do movimento de mulheres do século XIX” (DAVIS, 2016, p. 70). Com isso, o feminismo negro já antecipava a perspectiva interseccional muito tempo antes da terceira onda feminista.

temperamento em três sociedades primitivas”, que resultou na constatação de que não há um temperamento inato, ligado ao sexo, mas sim uma socialização que promove a incorporação de papéis sociais relativos ao feminino e ao masculino, ou seja, a pesquisa de Mead aponta para a construção cultural da diferença sexual (PISCITELLI, 2009, p. 128-130).

Desde a segunda onda feminista, em especial a partir da obra “O segundo sexo” (1949) de Simone de Beauvoir, com a reconhecida afirmação de que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2019, p. 11) que o gênero começa a ser problematizado pelas feministas, embora neste período o termo “gênero” ainda não estivesse sendo analisado em termos de categoria analítica, sendo que as discussões estavam mais relacionadas à crítica ao determinismo biológico de relacionar o corpo das mulheres aos papéis sociais e espaços subalternos em relação aos homens na sociedade. “Simone de Beauvoir não utiliza o termo ‘papéis sexuais’. Entretanto, incorpora ideias presentes nessa noção, ao considerar que a posição da mulher é uma *construção social*” (PISCITELLI, 2009, p. 132, grifos da autora).

A bióloga e historiadora da ciência Donna Haraway, no artigo “Gênero para um dicionário marxista” (2004) contextualiza que o termo gênero foi criado pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller no Congresso Psicanalítico Internacional em Estocolmo, em 1963, tratando do modelo da identidade de gênero, conceito usado pelo psicanalista para distinguir entre natureza e cultura, estando o sexo vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia) e gênero relacionado à cultura (psicologia, sociologia, incluindo o aprendizado vivido desde o nascimento). No âmbito do feminismo, em meio a segunda onda feminista, Gayle Rubin elabora o “sistema sexo/gênero”, na obra “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, em 1975, em que a autora recorre aos autores da economia Marx e Engels, assim como à antropologia de Lévi-Strauss, e à psicanálise de Freud e Lacan, para explicar o que ela chama de “economia política do sexo”, chamando a atenção para a interdependência entre sexualidade, economia e política. Assim, o “sistema sexo/gênero” se refere a um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana, em que o intercâmbio de mulheres entre as famílias gera relações assimétricas e de opressão às mulheres, assim como aos homossexuais, já que este sistema está ancorado na obrigação à heteronormatividade.

Conforme Piscitelli (2009, p. 143), “a partir de finais da década de 1980, as feministas começam a questionar o processo histórico ao longo do qual se passou a pensar que o ‘sexo’ e a ‘natureza’ seriam elementos fixos, anteriores à cultura”. Nesse período da terceira onda feminista a discussão se amplifica e o gênero passa a assumir um papel central e abrangente nas teorias feministas, sendo entendido como categoria analítica e de análise histórica (SCOTT, 1995). Para Scott (1995, p. 75): “Esse uso do termo ‘gênero’ constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80”. A autora destaca essa questão da busca de legitimidade dentre outras características do uso do termo “gênero”, como a observação de que o termo sugere que ao se estudar a respeito das mulheres também está se estudando a respeito dos homens, além de designar as relações sociais entre os sexos e rejeitar as explicações biológicas, indicando se tratar de “construções culturais” que indicam os papéis adequados aos homens e às mulheres. Dessa forma, a definição de gênero para Scott possui duas partes que estão interrelacionadas, mas que devem ser analiticamente diferenciadas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Assim, o gênero se refere aos aspectos culturais, históricos e sociais de como se classificam as pessoas a partir das diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995) e que categoriza as pessoas como femininas ou masculinas (cisgêneros), transgêneros (trans-homem, trans-mulher) ou não binárias (“expressão” ou “papel” sexual, pessoas que performatizam ou representam seu gênero)<sup>10</sup>. Além de o gênero resultar de uma construção histórica, cultural e social ele também se refere a relações de poder. Por isso, ao falar em desigualdade de gênero, estamos falando desses aspectos sociais e culturais que valorizam um tipo de gênero – no caso o masculino hegemônico – em relação aos demais, ou seja, há uma masculinidade hegemônica que impõe culturalmente aspectos considerados “melhores” e que são atribuídos aos homens brancos, heterossexuais, economicamente bem sucedidos, que

---

<sup>10</sup> As diferentes identidades e performatividades de gênero são abordadas pela filósofa norte-americana Judith Butler na obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, escrito em 1990, traduzido e publicado pela primeira vez no Brasil em 2003. “O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. [...] Significativamente, se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a *aparência de substância* é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob forma de uma crença [...]” (BUTLER, 2019, p. 242-243, grifos da autora).

expressem características consideradas masculinas como força física e virilidade, ignorando outras masculinidades possíveis. Assim, a desigualdade de gênero incita a discriminação social por gênero ou por orientação sexual e, como principal consequência causa a violência de gênero<sup>11</sup>.

Para além do gênero, o conceito de interseccionalidade foi enunciado, inicialmente, por Kimberlé Crenshaw, pesquisadora e ativista norte-americana, em 1987<sup>12</sup>, ao palestrar na Universidade de Chicago a respeito de direitos civis e legislação constitucional, em que argumentou sobre as diversas formas de exclusões interseccionais em relação não apenas às mulheres negras, mas também indígenas, imigrantes, deficientes etc. Segundo Crenshaw (2004, p. 9) “uma das razões pelas quais a interseccionalidade constitui um desafio é que, francamente, ela aborda diferenças dentro da diferença”. Mais adiante, a autora afirma “[...] tanto as questões de gênero como as raciais têm lidado com a diferença. O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero” (p. 9). “Há também outras categorias de discriminação: em função de uma deficiência, da idade, etc. A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (p. 10).

No artigo “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”, Piscitelli (2008) faz uma importante revisão das autoras que trabalham com os conceitos de “categorias de articulação”, como McKintochk (1995)<sup>13</sup>, e “interseccionalidades” – Crenshaw (2002), como as que utilizam alternativamente ambos os conceitos – Brah (2006)<sup>14</sup>. Segundo a autora, tais ferramentas analíticas são utilizadas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades, entretanto, a diferença terminológica demarca diferentes perspectivas para se referir às diferenciações, em função da maneira como essas autoras pensam a questão da diferença e do poder.

---

<sup>11</sup> A violência de gênero se expressa nos diversos tipos de violência contra mulheres, assim como na discriminação de lésbicas (lesbofobia), gays (homofobia), bissexuais, travestis e transexuais (transfobia), seja por meio da violência simbólica, como da violência física contra pessoas em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero, nos mais diferentes contextos sociais, inclusive nas escolas e nas próprias famílias.

<sup>12</sup> O termo “interseccionalidade” foi inaugurado enquanto conceito teórico em 1989, quando Kimberlé Crenshaw publicou o artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Theory and Antiracism Politics”.

<sup>13</sup> A obra citada por Piscitelli (2008) é: McKLINTOCK, Anne. *Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest*. Routledge, 1995.

<sup>14</sup> Piscitelli (2008) faz referência, em especial, ao artigo: BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*, Cadernos Pagu 26, p.329-365, 2006.

Conforme Piscitelli (2008) na abordagem interseccional de Crenshaw está fortemente fundida a ideia de diferença com a de desigualdade, o que acaba retomando formas de subordinação nas relações desiguais entre os gêneros, tais como sexismo, racismo e patriarcalismo. Neste sentido, a crítica a essa abordagem está que as interseccionalidades como gênero, raça, classe etc. são pensadas como sistema de dominação, opressão e subordinação social. Também que, neste sentido, “outro problema apontado nessa abordagem é que nela o poder é tratado como uma propriedade que uns têm e outros não, e não como uma relação”, ou seja, “não consideram que as relações de poder se alteram constantemente, marcadas por conflitos e pontos de resistência” (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Já em relação às autoras Anne McKlinton (que usa o termo “categorias de articulação”<sup>15</sup>), fundamentada no marco dos estudos culturais nos Estados Unidos, e Avtar Brah (trata tanto de “categorias de articulação” como de “interseccionalidades”), socióloga ugandense-britânica e pioneira nos estudos da diáspora, Piscitelli (2008) avalia ambas com abordagens construcionistas, que consideram os aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social. Nessas perspectivas, “os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação” (PISCITELLI, 2008, p. 268). A autora avalia que: “Ao analisar as categorias articuladas, McKlinton explora políticas de agência diversificadas, que envolvem coerção, negociação, cumplicidade, recusa, mimesis, compromisso e revolta” (PISCITELLI, 2008, p. 268), algo que também está presente na abordagem de Avtar Brah (2006), ao considerar a “diferença” como categoria analítica.

Essa ideia remete à análise de como as formas específicas de discursos sobre a diferença se constituem, são contestados, reproduzidos e (re)significados, pensando na diferença como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade. A autora afirma que há discursos que apresentam diferenças, como o racismo, que traçam limites fixos. Entretanto, outras diferenças podem ser apresentadas como relacionais, contingentes. Como a diferença nem sempre é um marcador de hierarquia nem de opressão, uma pergunta a ser constantemente feita é se a diferença remete à desigualdade, opressão, exploração. Ou, ao contrário, se a diferença remete a igualitarismo, diversidade, ou a formas democráticas de agência política (PISCITELLI, 2008, p. 269).

---

<sup>15</sup> As “categorias existem em e por meio das relações entre elas. Por esse motivo são categorias articuladas. As categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias” (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Adriana Piscitelli (2008) explica que essa abordagem de Avtar Brah também recebeu algumas críticas por colocar a ênfase nos eixos classificatórios (diferenças nas ‘interseccionalidades’ de gênero, raça, classe etc.) e não dar atenção suficiente à experiência (relativa às ‘categorias de articulação’), apesar de a autora trabalhar alternativamente com ‘categorias de articulação’ e de ‘interseccionalidades’. Por fim, Piscitelli (2008) considera que “essa última linha de pensamento sobre a interseção entre diferenciações é sugestiva para pensar como construções de diferença e distribuições de poder incidem no posicionamento desigual dos sujeitos no âmbito global” (PISCITELLI, 2008, p. 269).

A pesquisadora brasileira Carla Akotirene, embasada no pensamento feminista negro e de perspectiva decolonial, no livro “Interseccionalidade” (2019), realiza uma revisão do conceito cunhado por Crenshaw, revisando os pressupostos dessa autora e de alguns autores e autoras críticas à perspectiva interseccional, assim como defensoras de tal abordagem. Também versa a respeito de outras feministas negras que já tratavam da problemática em torno do cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, antes mesmo do termo “interseccionalidade” ter sido teorizado por Crenshaw, como é o caso das teóricas do feminismo negro norte-americano Angela Davis, Audre Lorde, Angela Davis, Alice Walker, bell hooks e Patricia Hill Collins, assim como das intelectuais negras brasileiras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Luiza Bairros, dentre outras.

O percurso teórico de Akotirene (2019) mostra as críticas positivas e negativas ao conceito de “interseccionalidade” de Kimberlé Crenshaw, ao qual ela defende e adota, juntamente com a reflexão epistemológica de Patricia Hill Collins:

Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + travesti + gorda, segundo a metodologia da Patricia Hill Collins, trata-se de visão interseccional inválida ao projeto feminista negro. A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (AKOTIRENE, 2019, p. 43-44).

Por fim, estou de acordo com a perspectiva de Akotirene (2019) de que o conceito de interseccionalidade está em disputa acadêmica e que é preciso reforçar que tal conceito está

localizado na teoria e enquanto metodologia do feminismo negro, assim como considerar a complexidade trazida pelas reflexões de teóricas decoloniais como Maria Lugones e Avtar Brah.

### **2.2.2. Jornalismo feminista (e/ou imprensa feminista) e com perspectiva de gênero no Brasil**

Ao buscar entender a contribuição do jornalismo feminista e com perspectiva de gênero na contemporaneidade para pensar os fundamentos jornalísticos se faz necessário pontuar alguns aspectos contextuais e históricos da imprensa feminista.

Inicialmente, cabe destacar que a imprensa destinada às mulheres teve início em meados do século XIX no Brasil, era caracterizada como imprensa feminina, as publicações não tinham uma identificação clara, se apresentavam enquanto jornais, apesar de ter características semelhantes às revistas. Desse período, a primeira publicação da imprensa feminina foi *Espelho Diamantino*, que surgiu em 1827 (BUITONI, 1986). Depois dessa, diversas publicações surgiram no país, conforme levantamento realizado por Constância Lima Duarte (2016), a qual encontrou 143 títulos de revistas e jornais dirigidos às mulheres que circularam no Brasil já no século XIX, contemplando diversas cidades o país. Neste período a imprensa era pouco acessível às mulheres de modo geral, pois somente às da elite e que sabiam ler é que tinham acesso aos periódicos. Por esta razão, as publicações duravam pouco, além de que a maioria era escritas por homens e se destinarem a orientar as mulheres com os cuidados com a casa e a família. Conforme Duarte (2016), as primeiras iniciativas de publicações dirigidas por mulheres foram da escritora Maria Josefa Barreto, *Belona Irada contra os Sectários de Momo* (1833-1834) e *Idade d'Ouro* (1833), ambas de Porto Alegre e com posicionamento conservador, apesar de que, na mesma época, também surgem publicações em tom mais progressista, como coloca Dulcília Buitoni:

“No século XIX, encontramos duas direções bem definidas na imprensa feminina: a tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades ‘femininas’; e a progressista, que defende os direitos das mulheres” (BUITONI, 1981, p. 28). Essa imprensa progressista ficou conhecida como feminista, e, assim como a imprensa feminina, teve uma “[...] participação decisiva na



formação intelectual da mulher a na construção cultural e discursiva de sua identidade” (DUARTE, 2016, p. 14). O diferencial é que a imprensa feminista apresentava um posicionamento político, protestando contra a discriminação e a opressão e exigindo a ampliação dos direitos civis e políticos das mulheres.

A atuação da imprensa feminista no decorrer do XX passa a contestar as representações das mulheres presente na imprensa tradicional, sendo que partir da década de 1970 a imprensa feminista torna-se mais reivindicatória, devido às desigualdades sociais que foram ampliadas com a Ditadura Militar no país. Nesse período, dois jornais feministas se destacaram: *Brasil Mulher* (1975-1979), ligado ao Movimento pela Anistia, e *Nós Mulheres* (1976-1978), da Associação de Mulheres, ambos em São Paulo (BUITONI, 1986). Esses jornais contribuíram para a expansão do feminismo no país, defendendo uma sociedade mais justa e igualitária (TELES, 1993).

O terceiro jornal de grande importância na história da imprensa feminista foi *Mulherio*, fundado por mulheres da Fundação Carlos Chagas, com apoio de organismos internacionais, que circulou de 1981 a 1987. “*Mulherio* nasceu com o objetivo de ser um elo de ligação entre os vários grupos de mulheres espalhados pelo Brasil, e também para divulgar as pesquisas sobre assuntos femininos” (BUITONI, 1986, p. 56, grifo da autora), tais como democracia doméstica, a situação das mulheres negras e a adição de uma licença-maternidade para os pais – ideia que *Mulherio* apresentou de forma precursora no país (TELES, 1993).

Atualmente, o jornalismo feminista no Brasil continua muito vinculado à mídia alternativa e ressurgiu com mais força a partir dos anos 2013, 2014, 2015, períodos marcados pelas vivências e reivindicações feministas e da diversidade no Brasil e no mundo. Em 2013, os movimentos iniciaram no Brasil com o movimento passe livre e depois se ampliaram pela reivindicação de direitos de diversos grupos sociais. Entre 2014 e 2015 ocorrem diversas marchas, mobilizações e formação de coletivos, em busca de mudanças na ordem social e levantando discussões em torno de questões de gênero e desigualdades, período esse conhecido como “Primavera feminista” ou “Primavera das mulheres” (BOGADO, 2018). Estas reivindicações se fizeram presentes em diversos espaços físicos, como ruas, escolas, universidades, e, especialmente, na internet, por meio de portais e mídias sociais.

No ambiente da internet é que as pautas feministas ganham repercussão e estão situadas no contexto denominado por algumas autoras como *quarta onda feminista*



(BUARQUE DE HOLLANDA, 2018; COSTA, 2018; PELLEGRINO, 2018; SILVA, 2019, dentre outras) como já mencionado no primeiro tópico. As pautas desses portais de imprensa feminista contemporâneos são diversas, incluindo temas como a luta pela descriminalização do aborto, o combate à violência sexual, o respeito às diferenças raciais, em especial a valorização das demandas das mulheres negras e a inclusão das mulheres lésbicas, trans e travestis no movimento (GUSTAFSON, 2019).

Sobre as iniciativas jornalísticas feministas e de gênero, Jessica Gustafson (2019) fez um mapeamento na Internet em agosto de 2017, com base no levantamento realizado pela Agência Pública (<http://apublica.org/>), em 2016, que construiu um Mapa do Jornalismo Independente (<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>) e identificou nove portais que apresentam como proposta a articulação entre jornalismo, gênero e feminismo no país. São eles: *Think Olga* ([thinkolga.com](http://thinkolga.com)); *Cientista que virou mãe* ([www.cientistaqueviroumae.com.br](http://www.cientistaqueviroumae.com.br)); *Lado M* (<https://medium.com/lado-m>); *Coletivo de Jornalistas Feministas Nísia Floresta* ([coletivonisiafloresta.wordpress.com](http://coletivonisiafloresta.wordpress.com)); *Gênero e Número* ([www.generonumero.media](http://www.generonumero.media)); *Nós, mulheres da periferia* ([nosmulheresdapерiferia.com.br](http://nosmulheresdapерiferia.com.br)); *Portal Catarinas* ([catarinas.info](http://catarinas.info)); *AzMina* ([azmina.com.br](http://azmina.com.br)); e *Revista Capitolina* ([www.revistacapitolina.com.br](http://www.revistacapitolina.com.br)).

Nesta pesquisa pretendo revisar este mapeamento e verificar se outras iniciativas jornalísticas identificadas com perspectivas feministas e de gênero foram incluídas no Mapa realizado pela Agência Pública. A partir disso, pretendo pesquisar nestes portais produções (notícias, reportagens, editoriais e artigos), a fim de localizar nestes discursos jornalísticos com perspectiva de gênero uma problematização e ou temática em relação aos fundamentos jornalísticos tradicionais, como já foi explicado na introdução.

### **2.2.3. Discurso jornalístico e produção de sentidos**

Partindo das teorias construcionistas e interacionistas do jornalismo (HALL et. al., 1993; MOLOTCH; LESTER, 1993; TUCHMAN, 1993; BIRD; DARDENNE, 1993; HACKETT, 1993; CORNU, 1999; TRAQUINA, 1993, 2002, 2004, 2008; FRANCISCATO, 2005; RODRIGO ALSINA, 2009; BENETTI, 2008, 2013; LISBOA, 2012) compreendo que a prática jornalística institucionalizou-se ancorada em três instâncias principais: a) pública; b)



normativa; c) discursiva. Estas três instâncias não funcionam em separado, ao contrário, estão interligadas (BERTASSO, 2014), porém convém pontuar os aspectos relativos a cada uma delas:

a) *Instância pública*: presente nos sentidos e significados constituídos socialmente a respeito do jornalismo como uma instituição social e de natureza pública, de que produz informações de uso e interesse público, de que contribui para a construção social da realidade, sendo uma forma de conhecimento sobre o tempo presente e que está intrinsecamente relacionado aos princípios democráticos;

b) *Instância normativa*: referente a normas, princípios e valores constituídos a partir da compreensão do jornalismo como instituição social, daquilo que a sociedade espera que seja a sua conduta, assim como resultante das práticas jornalísticas de seleção, produção e circulação das notícias e do ambiente organizacional em que foram produzidas. Está embasada na deontologia, em noções de verdade e de credibilidade;

c) *Instância discursiva*: refere-se aos procedimentos de construção do texto jornalístico, tanto no que diz respeito ao suporte midiático como em relação a estratégias discursivas que produzem o efeito de que o discurso jornalístico é verdadeiro e credível.

Ao me referir aos fundamentos jornalísticos, tais como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade, referente a valores e normas que sustentam a identidade e a legitimidade do jornalismo, observo que esses fundamentos estão interligados e culminam na busca pela “verdade”. A verdade, como conceito normativo e crítico da informação, diz respeito à procura pela revelação de fatos ocultos e a relação entre eles, permitindo destacar uma representação da realidade (LIPPMANN, 2008; CORNU, 1999). Em específico, a verdade no jornalismo está mais diretamente associada ao “efeito de verdade” (CHARAUDEAU, 2006)<sup>16</sup>, pois está relacionada ao índice de real das informações jornalísticas, de fazer referência a fatos que realmente aconteceram com comprovações como uso de fontes, fotografias, imagens em movimento, áudios etc., ou seja, a elementos que também remetem à objetividade. O fundamento da “objetividade” é um dos mais presentes na prática jornalística e se justifica historicamente, após a I Guerra Mundial, pela necessidade de

---

<sup>16</sup> “O que está em causa aqui [no efeito de verdade] não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de ‘credibilidade’, isto é, aquilo que determina o ‘direito à palavra’ dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida” (CHARAUDEAU, 2006, p. 49)



se diferenciar da publicidade e propaganda e das relações públicas (SCHUDSON, 1978; TRAQUINA, 2002; LIPPMANN, 2008).

A objetividade é reconhecida, pelos jornalistas, como procedimentos que são utilizados para produzir um texto credível e se protegerem de eventuais críticas do seu trabalho, como um “ritual estratégico” (TUCHMAN, 1993). Entretanto, historicamente, nos discursos das organizações jornalísticas, o conceito tem sido relacionado a uma possível imparcialidade e neutralidade, por meio de um discurso de autolegitimação do jornalismo (GOMES, 2009).

O jornalismo é uma das principais instituições sociais que desempenha o papel de comunicar e produzir sentidos e conhecimentos sobre a vida cotidiana, sendo sua prática essencialmente discursiva (BERTASSO, 2014). Por isso, nossa perspectiva teórica e metodológica para compreender a prática jornalística perpassa os conhecimentos sobre o jornalismo como instituição, como campo social e como gênero discursivo (BENETTI, 2008). Como prática discursiva, “o jornalismo é um discurso: a) dialógico [há a imagem de quem é nosso suposto leitor/interlocutor]; b) polifônico [se constitui de várias vozes]; c) opaco [não-transparente, possibilita várias interpretações]; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares” (BENETTI, 2010a, p. 107).

Para a Análise do Discurso todo o discurso é dialógico (BAKHTIN, 1981), pois supõe a interação entre os locutores de um discurso, expressa numa relação intersubjetiva entre os sujeitos, ou seja, supõe a presença do outro, que não se limita à presença física, mas também a presença imaginária, já que, ao enunciarmos, criamos uma imagem de quem é nosso suposto interlocutor. Por seu caráter intersubjetivo, o discurso é opaco (não-transparente), possui diversas possibilidades de interpretação. Por isso, “o texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo direcione a leitura para um determinado sentido, sem que haja qualquer garantia de que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer” (BENETTI, 2010a, p. 108, grifo da autora).

Além desse dialogismo das relações intersubjetivas entre sujeitos, há também o dialogismo entre discursos, o “interdiscurso”, que diz respeito a uma memória discursiva



revelada na presença de uma ou mais formações discursivas<sup>17</sup> inter-relacionadas nos discursos de todos os tipos (MAINGUENEAU, 2008<sup>a</sup>). Em especial o discurso jornalístico, pois, além de apresentar o dialogismo nas relações intersubjetivas e na interdiscursividade, ele é um discurso que se propõe polifônico (BAKHTIN, 1981), ou seja, constituído pela pluralidade de vozes. Muito embora o uso de duas ou mais fontes no texto jornalístico possa produzir um efeito de pluralidade de vozes, de que se está se relatando os dois lados (ou mais da questão), isso não significa que ele seja polifônico.

### **3. OBJETO DE ESTUDO E OBJETIVOS**

O objeto de estudo da presente pesquisa são os discursos do jornalismo feminista e ou jornalismo com perspectiva de gênero a respeito dos fundamentos jornalísticos tradicionais, tais como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade. O problema de pesquisa busca responder quais os sentidos presentes nesses discursos e se esses sentidos subvertem ou reiteram esses fundamentos do jornalismo tradicional.

Para responder à questão de pesquisa acima enunciada, o **objetivo geral** é:

- Compreender os sentidos sobre fundamentos jornalísticos tradicionais, tais como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade produzido pelos discursos do jornalismo feminista e ou jornalismo com perspectiva de gênero.

A fim de alcançar o objetivo geral temos como **objetivos específicos**:

- Identificar em produtos jornalísticos (notícias, reportagens, editoriais e artigos) produzido por veículos que se nomeiam como jornalismo feminista e ou jornalismo com perspectiva de gênero discursos que se refiram aos fundamentos jornalísticos tradicionais, tais como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade.

- Mapear os sentidos que se referem aos discursos sobre os fundamentos jornalísticos tradicionais;

- Refletir a respeito dos sentidos presentes nos discursos do jornalismo feminista e ou jornalismo com perspectiva de gênero e se esses sentidos subvertem ou reiteram esses fundamentos do jornalismo tradicional.

---

<sup>17</sup> As formações discursivas se referem aquilo que pode e deve ser dito, em contraposição ao que não pode e não deve ser dito, a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada (PÉCHEUX, 1995; ORLANDI, 2002). Assim, por meio das formações discursivas se evidenciam as ideologias e relações de poder entre os discursos.



#### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos que serão mobilizados buscam responder às questões de pesquisa e alcançar os objetivos. Retomando as questões de pesquisa: quais os sentidos presentes nos discursos do jornalismo com perspectiva de gênero a respeito de práticas que fazem referência a alguns fundamentos jornalísticos tradicionais, como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade? Esses sentidos subvertem ou reiteram esses fundamentos do jornalismo tradicional?

Em relação ao primeiro objetivo específico – Identificar em produtos jornalísticos (notícias, reportagens, editoriais e artigos) produzido por veículos que se nomeiam como jornalismo feminista e ou jornalismo com perspectiva de gênero discursos que se refiram aos fundamentos jornalísticos tradicionais, tais como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade – pretendemos realizar uma revisão teórica sobre os conceitos dos fundamentos jornalísticos tradicionais, revisar o mapeamento das iniciativas de jornalismo feminista e ou com perspectiva de gênero, por meio de pesquisas na internet; assim como identificar os produtos jornalísticos que serão objeto de análise.

Em relação aos outros dois objetivos específicos – Mapear os sentidos que se referem aos discursos sobre os fundamentos jornalísticos tradicionais; - Refletir a respeito dos sentidos presentes nos discursos do jornalismo feminista e ou jornalismo com perspectiva de gênero e se esses sentidos subvertem ou reiteram esses fundamentos do jornalismo tradicional – a análise do discurso e a perspectiva do feminismo negro interseccional será o eixo metodológico.

Para a análise da produção de sentidos, sigo as orientações da Marcia Benetti (2010), que considera que a análise do discurso é produtiva para dois tipos de estudo no Jornalismo: mapeamento das vozes e identificação dos sentidos. Nessa pesquisa vou realizar a identificação dos sentidos, possibilitando identificar quais sentidos estão presentes nos discursos do jornalismo com perspectiva de gênero a respeito de práticas que fazem referência a alguns fundamentos jornalísticos tradicionais, como objetividade, imparcialidade, neutralidade e verdade.

Conforme Orlandi (2002), a análise do discurso é um gesto de interpretação marcado



pela incompletude, pois há várias formas de linguagens que significam de modos distintos e produzem sentidos diversos. A escolha de uma forma de linguagem em detrimento de outra produz diferentes interpretações. Por isso, a tarefa do analista do discurso vai além de compreender como o texto produz sentidos, pois consideramos que as representações visuais e mentais operam juntamente com a linguagem verbal na produção de sentidos. Além disso, a análise do discurso compreende as imagens visuais como textos que produzem efeitos de sentido, estando essas imagens visuais inseridas no todo do discurso (ORLANDI, 1996; MEDEIROS, 2010).

## **5. RESULTADOS ESPERADOS**

Nos primeiros 15 meses deste projeto – entre junho de 2020 e setembro de 2021 – pretendo concluir a revisão teórica sobre os conceitos dos fundamentos jornalísticos tradicionais, revisar o mapeamento das iniciativas de jornalismo feminista e ou com perspectiva de gênero, por meio de pesquisas na internet, assim como identificar os produtos jornalísticos que serão objeto de análise. Paralelo a isso, vou concluir a orientação de uma dissertação de mestrado que possui temática correlata ao tema da pesquisa, dar continuidade à orientação de outras três pesquisas de mestrado e duas teses de doutorado também relativas ao tema deste projeto. Pretendo concorrer ao edital PIBIC 2021-2022. Como produção científica, pretendo elaborar dois artigos científicos, um que já tive o resumo aprovado para o congresso internacional Fazendo Gênero e que depois pretendo encaminhar para uma revista com Qualis; e outro artigo que pretendo escrever conjuntamente com a minha orientanda de mestrado que vai concluir sua pesquisa no primeiro semestre de 2021 e que também iremos submeter para avaliação em um periódico com Qualis.

Nos últimos 15 meses deste projeto – de outubro de 2021 a dezembro de 2022 – pretendo realizar a análise do discurso e alcançar os outros dois objetivos específicos. A partir dos resultados da análise pretendo escrever dois artigos para publicação em periódico científico com Qualis. Também pretendo concluir mais uma orientação de mestrado, dar continuidade às outras duas orientações de mestrado, além das duas orientações de tese que estão em andamento.



## 6. CRONOGRAMA

Etapa – Período	Atividades
Etapa 1 – Revisão teórica, mapeamento de iniciativas jornalísticas feministas e ou com perspectiva de gênero em atuação e identificação de produtos jornalísticos para a análise – entre junho de 2020 e setembro de 2021.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Concluir a revisão teórica sobre os conceitos dos fundamentos jornalísticos tradicionais;</li><li>- Revisar o mapeamento das iniciativas de jornalismo feminista e ou com perspectiva de gênero;</li><li>- Identificar os produtos jornalísticos que serão objeto de análise;</li><li>- Concorrer ao edital PIBIC_2021-2022;</li><li>- Concluir a orientação de uma dissertação de mestrado;</li><li>- Dar continuidade à orientação de outras três pesquisas de mestrado e duas teses de doutorado;</li><li>- Elaborar dois artigos científicos para submeter em revista com Qualis.</li></ul>
Etapa 2 – Análise e reflexões decorrentes dos resultados da pesquisa – entre outubro de 2021 e dezembro de 2022.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Analisar os discursos das produções jornalísticas que constituíram o corpus da pesquisa;</li><li>- Refletir a respeito dos resultados da pesquisa;</li><li>- Escrever dois artigos referentes aos resultados da pesquisa para submeter em periódico científico com Qualis;</li><li>- Concluir mais uma orientação de mestrado, dar continuidade a mais duas orientações de mestrado, além das duas orientações de tese que estão em andamento;</li><li>- Produção do relatório final de pesquisa.</li></ul>

## 7. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (Orgs.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen. **Jornalismo feminino em Santa Catarina**: uma análise do suplemento Donna, DC, do Diário Catarinense. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida (Vol. 2); tradução Sérgio Milliet. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**. Vol.8. Nº15. São Paulo: PUC-SP, 2008.





BENETTI, Marcia. Análise do Discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico Mello B.; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BERTASSO, Daiane. **Jornalismo de revista e ethos discursivo**: as imagens de si nas capas e nos editoriais de *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*. Tese de Doutorado. PPG em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

BERTASSO, Daiane; NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jessica. Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, 2020.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

BITTELBRUN, Gabrielle. **O jornalismo de Claudia**: tecnologias de normatização e cuidado de si da mulher. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2011.

BOGADO, Maria. Rua. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Explosão feminista**. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p. 23-42.

BORELA, Suzanne da Silva. **Jornalismo, identidade e gênero**: desconstruções discursivas na revista TPM. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2017.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. Introdução: O grifo é meu. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Explosão feminista**. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p. 11-19.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26 Campinas Jan./June 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 18ª ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CHARADEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.



CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo Feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) –Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2018.

COSTA, Cristiane. Rede. *In*: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Explosão feminista**. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p. 43-60.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: Século XIX – Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: a aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS e Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**. Série Jornalismo a Rigor. v.1. Florianópolis: Insular, 2009.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas**: a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2019.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993.

HALL, Stuart et. al. A produção social das notícias: o mugging nos media. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos pagu**, v. 22, 2004, p.201-246.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LISBOA, Silvia. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor**: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência. Dissertação de Mestrado. PPG em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS, 2012.



- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008..
- MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2016.
- MEDEIROS, Caciane Souza de. **Sociedade da imagem**: a (re)produção de sentidos da mídia do espetáculo. Tese de Doutorado. PPG em Letras. Santa Maria: UFSM, 2010.
- MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação - BOCC, 1997.
- MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1996.
- PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008a.
- PARK, Robert. Notícia e o poder da imprensa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008b.
- PELLEGRINO, Antonia. Política representativa. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Explosão feminista**. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p. 61-72.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul-dez 2008.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa B.; SZWAKO, José Eduardo. (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148.
- QUEIROZ, Natália Costa. **O auge de Nellie Bly**: uma jornalista estadunidense no final do século XIX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2013.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, Justificando, 2017.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS



Corpo, 1993.

SANTOS, Letícia de Faria Ávila. **Midialivrismo e Feminismos**: análise sobre a cobertura jornalística com perspectiva de gênero da Revista AzMina. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS. Campo Grande, MS: UFMS, 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the News: A Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books Inc., 1978.

SILVA, Francieli Esmitiz da Silva. **Jornalismo feminista**: uma análise dos processos de comunicação em rede do *Portal Catarinas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. São Leopoldo: Unisinos, 2019.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

STOCKER, Pâmela Caroline. **Jornalismo e Gênero**: produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGCOM-UFRGS, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. V. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PPGCOM-UFRGS, 2015.

WOITOWICZ, Karina. **Dizeres e fazeres feministas**: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010.